
COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM SANTANA DO MATOS, SERTÃO DO RIO GRANDE DO NORTE, RN: INVISIBILIDADE ÉTNICO-RACIAL E SOCIAL

QUILOMBOLA COMMUNITIES IN SANTANA DO MATOS, SERTÃO DO RIO GRANDE DO NORTE, RN: ETHNIC-RACIAL AND SOCIAL INVISIBILITY

COMUNIDADES QUILOMBOLAS EN SANTANA DO MATOS, SERTÃO DO RIO GRANDE DO NORTE, RN: INVISIBILIDAD ÉTNICO-RACIAL Y SOCIAL

Geraldo Barboza de Oliveira Junior

Mestre em Antropologia Social e Pesquisador Colaborador no IFRN (NEGEDI) -

geraldoantropos@gmail.com

Recebido em: 27/05/2021

Aceito para publicação: 18/09/2021

Resumo

Este artigo tem por objetivo mostrar a identificação dos Territórios Negros no município de Santana do Matos, RN, em seus aspectos histórico, social, econômico e ambiental; elaborados de forma resumida, a partir do olhar dos moradores desses territórios. O trabalho que norteou este artigo foi pautado, em termos metodológicos, sob um olhar da Antropologia e da História. Para isso foram realizados procedimentos técnicos para levantamento de dados e informações como: pesquisa bibliográfica e documental e pesquisa de campo. Nesta última fase, valorizamos a história oral dos moradores destes territórios negros e, também, recursos audiovisuais. Podemos entender que a história destas comunidades começa a ser contada em um contexto diferente do que foi anteriormente. Uma história agora contada a partir do discurso dos moradores destas comunidades. Uma nova história para o Rio Grande do Norte, contemplando de forma honesta e ética a vida e a contribuição destas populações para o entendimento de suas condições atuais.

Palavras-Chave: Quilombolas, Rio Grande do Norte, Santana do Matos

Abstract

This article aims to show the identification of Black Territories in the municipality of Santana do Matos, RN, in its historical aspects, social, economic and environmental; drawn up in summary form, from the look of the inhabitants of these territories. The work that has guided this article has been guided in terms of methodology, under a look of Anthropology and History. To this were carried out technical procedures for data collection and information as bibliographic and documentary research and field research. In this last phase, we value the oral history of the inhabitants of these black territories and also audiovisual resources. We can understand that the history of these communities began to be told in a different context than was previously. A story now told from the speech of the residents of these communities. A new story for the Rio Grande do Norte, looking honestly and ethically the life and contribution of these people to the understanding of their current conditions.

Key Words: Quilombolas, Rio Grande do Norte, Santana do Matos.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo mostrar la identificación de los Territorios Negros en el municipio de Santana do Matos, RN, en sus aspectos históricos, sociales, económicos y ambientales; elaborado de

forma resumida, desde la perspectiva de los habitantes de estos territorios. El trabajo que orientó este artículo se orientó, en términos metodológicos, desde la perspectiva de la Antropología y la Historia. Para ello, se llevaron a cabo procedimientos técnicos para la recolección de datos e información, tales como: investigación bibliográfica y documental e investigación de campo. En esta última fase, valoramos la historia oral de los habitantes de estos territorios negros y también los recursos audiovisuales. Podemos entender que la historia de estas comunidades comienza a contarse en un contexto diferente al de antes. Una historia ahora contada desde el discurso de los vecinos de estas comunidades. Una nueva historia para Rio Grande do Norte, contemplando honesta y éticamente la vida y contribución de estas poblaciones a la comprensión de sus condiciones actuales.

Palabras clave: Quilombolas, Rio Grande do Norte, Santana do Matos

1. Introdução

Este artigo tem por objetivo mostrar a identificação dos Territórios Negros no município de Santana do Matos, RN, em seus aspectos histórico, social, econômico e ambiental; elaborados de forma resumida, a partir do olhar dos moradores desses territórios.

Neste sentido, alguns conceitos aqui apresentados servem para subsidiar este documento (e, também, futuras ações e/ou intervenções), como território, comunidades negras rurais e comunidades de remanescentes de quilombos.

O território pode ser visto como um espaço que sintetiza e materializa num determinado espaço geográfico um processo social, econômico, ecológico e cultural complexo, em interação com outros espaços diferenciados. O território não se limita a uma simples demarcação geográfica ou político-administrativa, traçada de forma mais ou menos arbitrária ou como reflexo de interesses políticos, mas só existe enquanto articulação e relação com outros espaços ou formações socioculturais (BUARQUE, 1986).

Segundo DUNCAN e GUIMARÃES (2003), o enfoque territorial refere-se a um determinado espaço – não necessariamente contínuo – e a uma determinada concentração de população, onde se examinam as unidades ambientais, os recursos naturais, as atividades econômicas, as infraestruturas econômica e social, as relações sociais, os domínios institucionais, e os limites políticos.

A abordagem territorial combina a proximidade social, que favorece a solidariedade e a cooperação, com a diversidade de atores sociais, melhorando a articulação dos serviços públicos, organizando melhor o acesso ao mercado interno, chegando até ao compartilhamento de uma identidade própria, que fornece uma sólida base para a coesão social e territorial, verdadeiros alicerces para o capital social. Neste sentido, vale o entendimento sobre o conceito de comunidade quilombola.

O conceito de comunidade negra rural deve ser compreendido numa relação direta com o conceito de identidade histórica de remanescente de quilombos. Desta forma, para a antropóloga, Eliane Cantarino O’Dower:

“A identidade histórica de “remanescentes de quilombos” emerge como resposta atual diante de uma situação de conflito e confronto com grupos sociais, econômicos e agências governamentais que passam a implementar novas formas de controle político e administrativo sobre o território que ocupam, e com os quais estão em franca oposição”. (O’Dwyer, In: Moura, 2001:301).

A pergunta mais frequente, neste contexto, é?

“Mas o qual o significado de ser “remanescente de quilombo” mais de um século depois? Ao contrário do que o termo “remanescente” possa sugerir com referência às sobras e restos de um passado sempre ressuscitado, essa forma de identificação é utilizada por eles no presente para a ação coletiva em defesa do território que ocupam e na garantia da reprodução de seu modo de vida característico”. (O’Dwyer, In: Moura, 2001:305).

De forma resumida, podemos entender que:

“A identidade étnica de “remanescentes de quilombos” emerge assim em um contexto de luta em que resistem às medidas administrativas e ações econômicas através de uma mobilização política pelo reconhecimento do direito às suas terras. Nesse sentido, é uma categoria política não necessariamente presente no intercâmbio social diário. Para efeitos de interação com outros grupos sociais,... o critério mais relevante é o racial, determinado pela cor da pele. É no domínio político que a etnicidade desses grupos se manifesta e adquire em função de destinos históricos comuns toda sua significação”. (O’Dwyer, In: Moura, 2001:315).

Vamos lançar mão, também, de conceitos mais explicitadores desta situação.

Assim, Luiz Cardoso nos incita com algumas colocações com, a que segue abaixo, na qual ele cita:

“O desejo de reaver o território pelas comunidades remanescentes de quilombos não é fruto somente do momento político presente, como se nada existisse antes, como se eles não estivessem por vários momentos estabelecendo uma luta silenciosa, em cada canto, para manter as áreas nas quais construíram suas vidas, de acordo com suas percepções de mundo”. (CARDOSO, 2008, p. 16)

Enfim, ao falarmos de territórios negros, identidade negra, comunidades de remanescentes de quilombos, devemos ter em mente que não podemos olhar estas comunidades em função de um passado histórico; mas, em função de seus objetivos presentes e futuros na contribuição para a construção de uma sociedade mais digna para todos.

O trabalho que norteou este artigo foi pautado, em termos metodológicos, sob um olhar da Antropologia e da História. Para isso foram realizados procedimentos técnicos para levantamento de dados e informações como: pesquisa bibliográfica e documental e pesquisa de campo. Nesta última fase, valorizamos a história oral dos moradores destes territórios negros e, também, recursos audiovisuais (fotografia e vídeo para gravação de depoimentos)¹.

Entendemos que a urgência apresentada pela demanda: um relatório técnico que mostrasse as comunidades negras do município de Santana do Matos, estado do Rio Grande do Norte vai de encontro a um débito da sociedade brasileira: a invisibilidade das populações afrodescendentes.

Podemos entender que a história destas comunidades começa a ser contada em um contexto diferente do que foi anteriormente. Uma história agora contada a partir do discurso dos moradores destas comunidades. Uma nova história para o Rio Grande do Norte, contemplando de forma honesta e ética a vida e a contribuição destas populações para o entendimento de suas condições atuais.

Esta Nova História que está sendo contada, a partir do olhar próprios dos atores sociais da maior importância para esta questão: as famílias negras que habitam estas comunidades. Um outro fator que deve ser agregado a este contexto é a participação, cada vez maior, de forma proativa destes. Com o acesso a mais escolarização por parte de jovens destas comunidades, amplia-se, também, a participação destes estudantes em movimentos sociais e/ou atuação em pesquisas históricas.

1. O racismo ambiental e a invisibilidade étnico-racial das comunidades quilombolas no RN.

O Estado do Rio Grande do Norte expressa através de suas políticas públicas várias práticas racistas e discriminatórias envolvendo as populações tradicionais. A consequência dessas ações é perceptível nos inúmeros casos de conflitos socioambientais nos territórios onde as mesmas habitam, como também na ausência de projetos significativos envolvendo-as. Esta prática ocorre de duas formas, através: do racismo ambiental e do racismo institucional. Ou seja

¹ A pesquisa e o trabalho de campo foram realizados no mês de março de 2014

“O conflito aponta para o fato de que toda problemática ambiental é, antes de qualquer coisa, uma crise das formas de sociabilidade, fruto da relação entre os homens, que por sua vez interroga a questão ambiental, sendo reveladoras das organizações sociais do poder.” (GOUVÊA, 2014:2209/10)

O Racismo Ambiental nas populações tradicionais no RN se caracteriza, principalmente, pela perda de grande parte de terras originais por motivos diversos: invasões do agronegócio, do turismo (que leva a venda de terrenos e imóveis para agentes externos) e da utilização de áreas pelo poder público de forma ambientalmente criminosa.

No caso do Racismo Institucional é perceptível uma sequência de fatores que, quando alinhados, expõem o porquê da inexpressiva presença de populações tradicionais em programas e projetos de desenvolvimento socioeconômico. De forma geral, percebe-se a ausência de ações do Poder Público, de Organizações Não Governamentais, e das próprias organizações dessas populações.

Na sequência, percebe-se a **Invisibilidade social** dessas populações no Sistema CadÚnico. Os argumentos para tal situação vão desde a falta de interesse, o desconhecimento e a não capacitação técnica dos servidores. Isto somado aos

... dilemas territoriais das comunidades tradicionais permanecerem num processo de invisibilidade social dentro do município, sem o devido suporte por parte do poder público. É também notável a falta de estudos detalhados sob o ponto de vista do conflito ambiental em comunidades quilombolas na região, ..., o que caracteriza um *déficit* na produção do conhecimento acadêmico numa área de grande importância social, cultural e ambiental. (GOUVÊA, 2014:2205)

As populações tradicionais, por serem compostas, em sua maioria, de famílias de baixa renda, têm dificuldades estruturais para compor e manter organizações associativas. É necessário tempo e dinheiro para atividades de militância. As associações passam por dificuldades, que vão desde a manutenção física de suas instalações até a formação de novas lideranças. Por outro lado, na contramão desse contexto algumas mudanças positivas, que vêm ocorrendo, deve-se à participação de uma juventude que está fazendo militância, com base em sua identidade étnica.

Desta forma, Racismo Ambiental é entendido com **referência às práticas e conflitos socioambientais que determinam ameaças e/ou riscos potenciais envolvendo comunidades tradicionais que por suas peculiares características têm sua identidade étnica intrinsecamente relacionada a seu território.**

A ideia aqui é perceber os conflitos socioambientais nos territórios tradicionais como expressões dos Racismos Ambiental e Institucional. A utilização do termo racismo deve-se ao fato de se reconhecer que a situação socioeconômica dessas famílias se sustenta numa cultura de intolerância em relação às identidades étnico-raciais dessas populações. Assim, percebe-se que

“O conhecimento sobre os conflitos é importante para evidenciar que a compreensão das causas, dos sujeitos, dos diversos ambientes e dos recursos naturais é necessária para fundamentar ações e políticas que visem à sustentabilidade das atividades desenvolvidas localmente e para fortalecer a luta das comunidades contra as injustiças ambientais em seu território. (PINTO et al, 2014:284)

Embora a realidade local seja importante para o entendimento dos conflitos socioambientais, verifica-se que algumas características desses conflitos são semelhantes em diferentes lugares, independentemente dos agentes causadores. Portanto, é possível evidenciar quais os grupos sociais e os respectivos territórios em que estão ocorrendo injustiças ambientais que, em grande parte, são caracterizadas por ações concretas de racismo ambiental.” (PINTO et al, 2014:285)

A intenção é mostrar como o racismo ambiental, se sustenta em uma rede de poder que torna invisível essas populações e impede seu acesso às políticas públicas de desenvolvimento sustentável; e, quando isso ocorre é pouco representativo em termos de melhoria de qualidade de vida.

Selene Herculano define Racismo Ambiental como as injustiças socioambientais que atingem as populações que manifestam uma identidade étnica particular. Essas populações, geralmente, têm suas vidas diretamente dependentes dos recursos naturais dos territórios nos quais habitam. Esse modo de vida caminha contrário à lógica capitalista de instalação de grandes empreendimentos.

“que os expõem de seus territórios e desorganizam suas culturas, seja empurrando-os para as favelas das periferias urbanas, seja forçando-os a conviver com um cotidiano de envenenamento e degradação de seus ambientes de vida.” (HERCULANO, 2008:16).

Na realidade, a prática do racismo ambiental depende de uma estrutura de Poder (com muito de uma visão evolucionista) *que inferioriza aqueles que estão mais próximos da natureza, chegando a torná-los invisíveis.*

Essa invisibilidade vai gerar uma ausência de dados censitários e, conseqüentemente, vai resultar na não inclusão dessas populações em políticas públicas.

“Assim, nosso racismo nos faz aceitar a pobreza e a vulnerabilidade de enorme parcela da população brasileira, com pouca escolaridade, sem renda, sem políticas sociais de amparo e de resgate, simplesmente porque naturalizamos tais diferenças, imputando-as a ‘raças’. Colocando o outro como inerente inferior, culpado biologicamente pela própria situação, nos eximimos de efetivar políticas de resgate, porque o desumanizamos.” (HERCULANO, 2008:17).

Corroborando com o pensamento de Herculano, temos o texto de Lays Helena Paes e Silva (2012) que ao tratar da utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro, nos chama atenção para a necessidade de que

“O reconhecimento do racismo ambiental, discutido como conceito autônomo – ainda que compreendido como uma forma de injustiça ambiental – acaba por colocar em evidência a necessária análise dos fatores raciais nas situações de injustiça, visto que uma abordagem predominantemente classista acabaria por encobrir e naturalizar o racismo em nossa sociedade. Para nós, significa dizer que ainda que o racismo e as questões raciais possam não ser a base de análise de todas as situações em que se identifica a ocorrência de injustiça ambiental, haverá certamente aquelas que serão incompreensíveis sem a sua consideração.” (SILVA, 2012:92)

Para conflito socioambiental e sua relação – constante - com populações indígenas e quilombolas os textos de ITABORAHY (2010) e GOUVÊIA (2012) abordam os conflitos ambientais envolvendo populações tradicionais e seus territórios. Suas problemáticas e a operacionalização dos conceitos a elas associados constituem a base para nossa reflexão. Esta visão irá levar a relação entre identidade e territorialidade, abordada por Marcos Aurélio Saquet e Michele Briskievicz (2009), que ampliam o conceito de território para além de espaço geográfico.

Os conflitos socioambientais envolvendo comunidades tradicionais estão, invariavelmente, relacionados com a ocupação e o manejo de um território por estas populações. Em relação a conflitos socioambientais recorremos aos textos de ITABORAHY (2012) e GOUVÊIA (2012) que entendem, como sendo os conflitos ambientais envolvendo comunidades tradicionais, diretamente, relacionados com estruturas de poder local, sejam públicas ou privadas, ambos sustentados no conceito definido por ACSERALD como:

Aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou

sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (ACSELRAD, 2004,26)

Desta forma, chegamos à noção de conflito ambiental relacionado, diretamente, com as redes de poder local. Ou seja, *o conflito aponta para o fato de que toda problemática ambiental é, antes de qualquer coisa, uma crise das formas de sociabilidade, fruto da relação entre os homens, que por sua vez interroga a questão ambiental, sendo reveladoras das organizações sociais do poder.* (GOUVÊA, 2014:2209/10). A percepção se amplia quando

“Desloca-se o problema do eixo “homem-natureza” – alimentado pela visão neomalthusiana da “pressão da população sobre os recursos” – para o eixo “homem-homem”, necessariamente mediado pelo ambiente. É dessa forma que a questão ambiental aparece para nós: como reveladora das (injustas e questionáveis) estruturas sociais **do poder.**” (ITABORAHY, 2012:04)

Chegamos à ‘passagem’ do conflito, de ambiental para socioambiental. Isto por dar ênfase à ação dos atores sociais atuantes nos territórios. Assim, *Poder, refere-se à capacidade (a) de ser sujeito do seu próprio ambiente, de ser capaz de controlar seu próprio destino, quer dizer, de controlar o curso da ação dos eventos que manterão a vida como está ou a modificarão; ou (b) de impedir as pessoas de se tornarem atores “empoderados”...* (RIBEIRO: 2008:110). A importância do caráter antrópico se revela quando

“Avaliando os **conflitos socioambientais** como uma variável dos sociais é possível afirmar que é uma vertente bastante intrincada pois envolve utilização dos recursos naturais, qualidade de vida dos agentes sociais e crescimento econômico de determinado espaço geográfico. O conflito não deve ser avaliado apenas pelo lado negativo, deve ser visualizado como uma luta complexa a contínua sobre a definição e o significado do problema ambiental. Atualmente os conflitos socioambientais representam as tensões que envolvem sobre quando, como e onde utilizar os recursos naturais.” (BRITO et al. 2011:58)

As comunidades tradicionais, por sua vez, caracterizam-se por uma relação história e estruturante com seu território. Isto se evidencia no conhecimento tradicional sobre o meio ambiente e a utilização de práticas de manejo próprias. Neste sentido, “*Os conflitos socioambientais configuram-se como ameaças ao modo de vida das comunidades tradicionais e ao conhecimento ecológico local, adquirido pela relação entre grupos sociais com o ambiente, ao longo das gerações*” (PINTO et al, 2014:271). É inquestionável a importância do conhecimento tradicional (etnobotânico,

principalmente) dessas comunidades sobre o ambiente de seus territórios e a necessidade de pesquisas nesse sentido (BRITO, CRUZ e LUCENA, 2015).

O mais comum, entretanto, é a negação desse conhecimento em nome do progresso e da industrialização. Na prática, diminui-se ou se minimiza o valor da identidade cultural dessas populações, como resultado de acúmulo de experiências adaptativas ao meio ambiente no qual estão inseridas. Esta ‘identidade’, aqui será tratada na relação estabelecida com o ‘território’ de ocupação dessas populações. Para analisarmos essa relação, o texto de Marcos Aurélio Saquet e Michele Briskievicz (2009) sintetiza o exposto aqui com uma definição ampla de território como sendo composto por:

“... quatro componentes principais: a) as relações de poder; b) as redes de circulação e comunicação; c) as identidades; d) a natureza. Não há território sem a conjugação destes processos sociais e naturais. Isto significa que, pensar o desenvolvimento por esta perspectiva, requer a consideração destes elementos em cada território.... evidenciando a identidade como processo histórico, relacional e patrimônio que pode ser potencializado através de projetos alternativos de desenvolvimento.” (SAQUET e BRISKIEVICZ, 2009:04)

Ou seja, a noção de territorialidade é compreendida

“como um processo de relações sociais, tanto econômicas, quanto políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social. A territorialidade corresponde às relações sociais e as atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida cotidiana. Isso significa dizer que entendemos a identidade de maneira híbrida, isto é, como processo relacional e histórico, efetivado tanto cultural como econômica e politicamente. A identidade é construída pelas múltiplas relações-territorialidades que estabelecemos todos os dias e isso envolve necessariamente, as obras materiais e imateriais que produzimos como os templos, as canções, as crenças, os rituais, os valores, as casas, as ruas etc.” (SAQUET e BRISKIEVICZ, 2009:08)

Por tudo colocado anteriormente, podemos pensar o racismo ambiental dentro de um campo intersocietário, no qual distintos atores sociais disputam o poder sobre territórios, com concepções distintas sobre a ideia de desenvolvimento – que, estreitamente, é sobre a utilização e manejo de áreas de ocupação tradicionais (Meio Ambiente), que são objeto de disputa de interesses externos

2. As comunidades certificadas como Remanescente de quilombos no RN.

Em relação às comunidades quilombolas no estado do Rio Grande do Norte e seu reconhecimento pelo Estado Brasileiro, os dados fogem à realidade. Neste sentido, de acordo com a Fundação Palmares, existem 33 comunidades certificadas no Estado. Ainda de acordo com esta fundação, não existem mais comunidades identificadas, nem com processo aberto.²

ANO CERTIFICAÇÃO	Nº município	MUNICÍPIO	Nº Comunidade	COMUNIDADE
2004	01	Parelhas	01	Boa Vista Dos Negros
2004	02	Poço Branco	02	Acauã
2005	03	Tibau Do Sul	03	Sibaúma
2005	04	Bodó/Lagoa Nova/Santana Do Matos	04	Macambira
2006	05	Parnamirim	05	Sítio Moita Verde
2006	06	Currais Novos	06	Negros Do Riacho
2006	07	Pedro Avelino	07	Aroeira
2006	08	Patu	08	Jatobá
2006	09	Bom Jesus	09	Sítio Grossos
			10	Sítio Pavilhão
2007	10	Portalegre	11	Sítio Pega
			12	Sítio Lajes
			13	Sítio Arrojado/Engenho Novo
			14	Sítio Sobrado
2007	11	Macaíba	15	Capoeiras
2009	12	São Tomé	16	Gameleira De Baixo
2009	13	Ielmo Marinho	17	Nova Descoberta
2010	14	Ipanguaçu	18	Picadas
2010	15	Touros	19	Baixa Do Quinquim
			20	Geral
2011	16	Assu	21	Bela Vista Do Piató
2013	17	Santo Antonio	22	Cajazeiras
2017	18	Ceará-Mirim	23	Coqueiros
2017	19	Afonso Bezerra	24	Cabeço dos Mendes
2018			25	Currálinho
2018	20	Luíz Gomes	26	Lagoa Do Mato e Coati
2018	21	Angicos	27	Livramento
2018	22	Coronel João Pessoa	28	Comum
2019	23	Acari	29	Sítio Saco Do Pereira
2019	24	Jundiá	30	Familia Mascena
			31	Arisco Dos Pires
			32	Família Quitéria
			33	Rego De Pedra
2019	24	MUNICÍPIOS com	33	COMUNIDADES CERTIFICADAS

Figura 1. Tabela de comunidades quilombolas Certificadas no Rio Grande do Norte.

Entretanto, a pesquisa já citada de Geraldo Barboza de Oliveira apresenta novos dados no contexto acima descrito. Sua pesquisa mostra mais de 70 *territórios negros* no

² Dados da Fundação Cultural Palmares. Entretanto, segundo pesquisa de Oliveira Junior, existem cerca de 40 comunidades quilombolas identificadas e, ainda, não certificadas.

Rio Grande do Norte (ver anexo, no fim do texto). Entendamos *territórios negros* como locais de referência negra (aspectos culturais e sociais, como números expressivos de casas de religião de matriz africana e ameríndia, grupos de escolas de samba, capoeira, etc. Enfim, dados que revelam um *ethos* próprio da cultura negra). Como exemplo, podemos citar bairros do município de Natal, como Mãe Luíza e Rocas. Nestes locais é expressiva a presença negra, seja na população residente, seja nos aspectos culturais acima citados. O mapa seguinte mostra os municípios com territórios negros identificados na citada pesquisa.

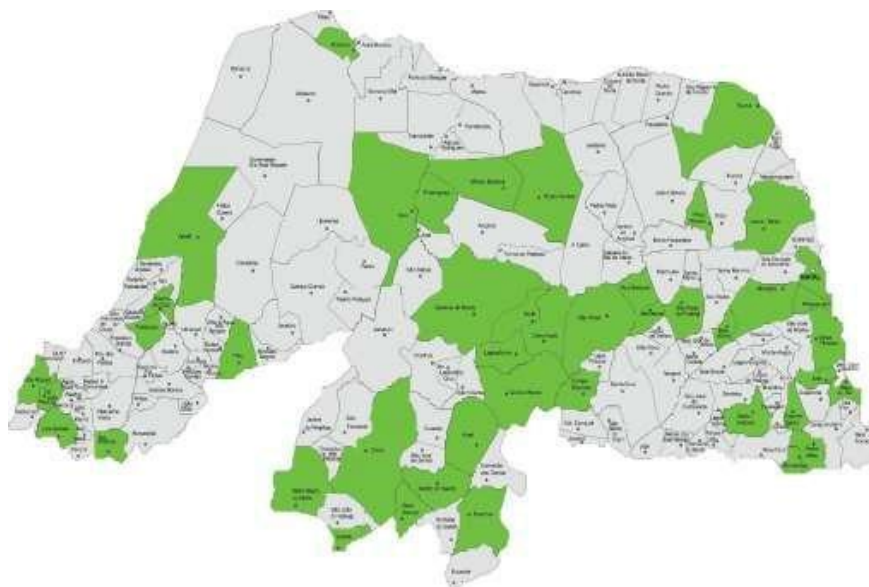


Figura 2. Comunidades identificadas na pesquisa de Geraldo Barboza.

3. Território Negro em Santana do Matos, RN.

A presença de uma população declarada “Preta” no último Censo (IBGE, 2010) no município de Santana do Matos, RN (293 pessoas, em um universo de 5.026 declaradas Brancas e 8.393 declaradas Pardas) revela, refere-se quase que, exclusivamente, à população residente nos territórios a seguir apresentados.

Quando falamos em *território*, deixamos explicitado que estamos nos referindo a espaços de ocupação (no caso de Santana do Matos) na zona rural por famílias negras.

As construções sobre o território são variadas. Ele é espaço de investimento e circunscrição da organização social do grupo numa base física, onde se materializam as relações entre si, com outros, e, quase sempre, definindo um conjunto de crenças no sobrenatural, no mítico. Isso ocasiona a construção, em certo sentido, da identidade grupal ligada ao vivido, “experiência e subjetividade” (LEITE, 1990, citada em CARDOSO, 2008, p.57).

Existem, na área do município seis locais que são “apontados” pela população do município (de forma geral) e reconhecidos entre as famílias negras locais, como “terra de negros”. Estas comunidades estão localizadas no distrito de Santa Tereza, na Serra da Pimenteira e no distrito Barão de Serra Branca. Por outro lado, o Sistema de Cadastro Único do município em termos de referência afro-brasileira, não consta nenhuma família declarada como “Quilombola”. Existe, uma ressalva para uma família que se declarou de “Terreiros”. A seguir mostramos o resultado da pesquisa com cinco territórios identificados e habitados por família quilombolas.

3.1. Territórios Negros na área do Distrito de Santa Tereza.

Na área do distrito de Santa Tereza existem três comunidades negras rurais. A saber: Conceição dos Negros (do Abrigo), Riacho da Roça e Assentamento São Manoel.

A relação entre estas comunidades se dá pelo fato de que é reconhecido pelos moradores destas que a origem delas está na primeira elencada: Conceição dos Negros (do Abrigo).

Inicialmente, as famílias se estabeleceram em Conceição; depois foram de fixando no Riacho; e, ultimamente, 08 famílias egressas das duas comunidades citadas, se uniram, criaram uma associação e adquiriram uma terra de forma coletiva: o Assentamento São Manoel.

Comunidade de Conceição dos Negros (do Abrigo)

A história da população negra da comunidade de Conceição é contada a partir de história de vida da professora Luíza Marte. Como parte importante deste trabalho é o crédito à história oral como forma de legitimar o conhecimento (particularmente no caso de comunidades tradicionais), transcrevo, na íntegra, um texto da própria Luíza sobre sua família.



Figura2. Professora Luiza Marte.

“_De acordo com informações, investigações e pesquisas realizadas é que identificamos a origem da família ” RAMOS “ que se formou na comunidade de Conceição localizada na região de Santa Tereza no município de Santana do Matos – RN. Que tínhamos com genitor o Sr. José do Ramo Pessoa e a Sr.ª Josefa Maria de Santana sendo que os mesmos tinham como anfitrião , ou seja, a pessoa de quem recebiam as ordens o Coronel João Martins Portanto, é que os mesmos se casaram sem conhecer antes um ao outro pois, o Coronel foi buscar a mesma em Ipanguaçu , ou na várzea como era conhecido e fez o casamento, fazendo assim uma observação dos valores que vem se desfazendo é que os mesmos moraram juntos até os dias finais, ou seja, só a morte os separaram.

Dessa família, já são cinco gerações formadas de pessoas negras, lembramos ainda que o coronel não tinha eles como escravos e sim como alguém que ele acolheu pois, os doou como herança “ ouro “ e “ terra “. Passaram muitas dificuldades vendendo o ouro e saindo para trabalhar na época na de na linha de ferro não vendendo a propriedade dizendo os mesmos o seguinte .(Por onde andarmos ao voltarmos teremos onde morar). Significa para nós um patrimônio e para a geração futura.

Os mesmos não tiveram estudos devido ao desenvolvimento da época, mais atualmente, temos grandes destaques no campo social. Os que ainda moram lá vivem da agricultura, da criação de animais , dos programas do governo e da aposentadoria

como também do artesanato desenvolvido por algumas pessoas. Sendo que maioria já se deslocaram para morarem outras comunidades ou cidades em busca de dias melhores.

Contextualizando o processo de desenvolvimento do passado X presente decorrido de preconceitos e discriminação sobre a nossa raça, muitos tabus foram quebrados desde a participação social a relação do casamento com pessoas de outras raças e tantos outros fatores que ainda são existente que deixa ainda muitos negros acomodados ou culpados por não se conhecerem como alguém que é capaz de um passo ou muitos passos na vida como ser social de muito valor”.

De forma geral, pode-se afirmar tratar-se de uma comunidade de **remanescente de quilombos** levando-se em conta sua história de ocupação e uso da terra pelas famílias. A disposição das casas em função dos casamentos (casa-se e se faz uma, outra casa próxima à casa dos pais) revela outro aspecto comum nas comunidades de remanescente de quilombos espalhadas em todo o país.

A comunidade apresenta, também, aspectos comuns a grande maioria das comunidades negras no Brasil: a ausência de estrutura mínima em termos de saneamento, educação e saúde. Aliado, também, a falta de um planejamento direcionado a sustentabilidade destas comunidades.

Apresentamos, a seguir, imagens da comunidade Conceição dos Negros mostrando suas lideranças e família, casas, a importância da palha da carnaúba na vida dos moradores de Conceição, a criação de porcos em chiqueiros e a criação de guinés ao ar livre.



Figura 3. Zé Brás – Liderança



Figura 4. Casa de Zé Bráz

Comunidade de Riacho da Roça (Negros do riacho)

A história da comunidade de Riacho da Roça está ligada à história da comunidade de Conceição. Segundo, Manoel Cosme da Silva, Baéco a comunidade tem mais de 100 anos. Sua origem está ligada a figura de Luís Dias Martins de França que teria vindo de São Rafael para casar com uma mulher da Conceição. Este tipo de arranjo matrimonial é comum entre pessoas de comunidades negras na região do Seridó.

A comunidade tem sua produtividade baseada na criação de gado bovino, caprino e ovino. Aliam-se a estas atividades o aluguel de mão-de-obra nas pedreiras de São Rafael e o corte de lenha para carvão e cerâmicas da região. Por uma questão de distância da sede municipal, a comunidade mantém relações sociais e comerciais mais forte com o município de Angicos, onde fazem a feira semanal.

Baéco, o líder mantém um espaço para shows em sua propriedade. A comunidade não tem uma associação que represente as 20 famílias moradoras do local. De maneira geral, as demandas, de caráter estrutural, são iguais às da comunidade da Conceição.



Figura 5. Baéco. Liderança



Figura 6. Casa de Baéco



Figura 7. Cozinha da casa de Baéco

Assentamento São Manoel

A história do “Assentamento” São Manoel é recente. No ano de 2011 oito famílias de moradores vindos das comunidades de Conceição e Riacho se uniram em uma associação comunitária e conseguiram comprar a terra e, também, garantir a vinda da energia elétrica para as casas. Além de acesso às outras políticas sociais, como bolsa-família. Entretanto, não se organizaram com associação de comunidades de remanescentes de quilombos. A associação ainda apresenta problemas de renovação da Diretoria; mesmo assim está “quase” apta a concorrer em projetos sociais.

A comunidade vive de produção de carvão; além da criação de ovinos, caprinos, aves. Para a manutenção dos animais, a comunidade planta capim no entorno do poço que abastece a comunidade. A agricultura é quase impraticável pelas condições do solo (muito pedregoso) e extremamente árido. As mulheres ficam, a maior parte do tempo, em atividades domésticas. Os jovens, na atualidade, estão frequentando com mais assiduidade a escola. Entretanto, a motivação maior vem das políticas sociais associadas à educação (merenda escolar e bolsa-escola).

Para Manoel Francisco de Oliveira, liderança local, a comunidade precisa de investimentos que possam proporcionar renda. Para ele, a água é base para se pensar qualquer atividade produtiva. Na página seguinte imagens do Assentamento São Manoel:



Figura 8. Manoel Francisco. Liderança



Figura 9. Casa-sede da associação



Figura 10. Chiqueiro de porcos

3.2. Territórios negros na área do Distrito da serra da Pimenteira



Na serra da Pimenteira existem dois agrupamentos de famílias negras: os Limão e os Guedes.

De uma maneira geral, as condições socioeconômicas das famílias destas duas comunidades estão acima da média das outras famílias das comunidades da área do distrito de Santa Tereza. Aliado às políticas sociais (aposentadorias e bolsas) o clima e a fertilidade do solo ajudam a criar um microclima favorável a uma agricultura mais diversificada. Existe uma diversidade na fruticultura local que mostra essa situação.

Família Limão

A história destas comunidades está registrada na memória do poeta e morador, Zé Limão. A origem da comunidade está na figura de Alexandrina, bisavó de Zé Limão que adquiriu terras vizinho ao um proprietário branco, Manoel Rosendo.



Figura 11. Zé Limão. Liderança

Esta história está registrada em um trecho de um *cordel* que transcrevo na íntegra, a seguir:

*“A origem do nome Pimenteira
Foi chegando moradores
Vindo de outras ribeiras
Pra viver da agricultura
Que as terra era de primeira
Ali passaram a chamar
O sítio da Pimenteira
O sítio era dividido
Entre dois proprietários
O senhor Manoel Rosendo
Que era um velho respeitado
E a minha bisavó
Alexandrina do Carmo*

A realidade dos moradores do sítio Limão, na atualidade, contrasta com tempos anteriores. Como exemplo, a associação local que chegou a ter entre 80 e 90 sócios, encontra-se, quase que inativa. Sem atualização de sua diretoria e abandonada por ausência de moradores e interessados. Segundo Zé Limão, não existem mais de cinco famílias dos *Limão* residindo na localidade. A busca por trabalho em outras áreas está “esvaziando” a comunidade. Um outro fator, de certa forma positivo, é o fato de que muitos moradores têm alcançado escolaridade de nível superior (parentes formados em Direito e Agronomia) procuram empregos mais rentáveis.

Mesmo assim, existem uma produção considerável na agricultura local: feijão milho, fava, mandioca, cajueiro, maracujá, etc.

Os jovens estudam no município de Tenente Laurentino (o acesso é mais fácil); como, também as famílias realizam a feira semanal nesta cidade.

A história da família Limão está intimamente ligada à história da família Guedes. De acordo com Zé Limão:

“No início do século XX (cerca de 1908) uma mulher, Luzia Cachimbo, chegou na região com três filhos. Aqui, arrumou mais dois filhos com o pessoal dos Leandro. Essa Luzia foi mãe de Manoel Limão (que foi criado pelos Ferreira, brancos da região)

Essa Luiza era da família Faustino, que veio de Cuité, na Paraíba.... Todos eles vieram de lá e se fixaram nos Guedes.

Meu pai era filho natural dos Guedes; já minha avó Luzia Cachimbo, também, tem parentes nos Negros do Riacho de Currais Novos.”

Podemos entender, sem maiores dúvidas comunidade Limão está associada a dinâmica comunidades negras rurais da região.



Figura 12. Posto Telefônico dos Limão.



Figura 13. Casa de Zé Limão



Figura 14. Casa de alvenaria com Extensão em taipa. Armazém.-depósito

Família Guedes

A família Guedes, já descrita sua história nas citações de Zé Limão, tem sua existência vinculada à presença do *povo dos Limão*. De forma geral, esta comunidade mantém uma condição de vida, excelente. O líder desta comunidade, Sebastião Geraldo da Silva, conhecido como Leão da Serra mantém um padrão de vida, de certa forma, invejável. Boas terras e boa produção, aliado a um tino comercial lhe valeu o reconhecimento público, como um homem de “condições” entre os moradores do lugar. Seu discurso é curto e direto: “*_Somos todos Negros aqui!*”

A produtividade na região se faz notar à primeira vista, com mostramos a seguir nas imagens abaixo. Nas imagens das casas locais, construídas em alvenaria e novas. *_Eles estão sempre reformando,... a família de Leão da Serra é sinal de prosperidade e*

trabalho. Eles sempre souberam comercializar.... Assim, fomos informados sobre a vida da família Guedes (de Leão da Serra).

A referência socioeconômica para esta família negra é atípica na região. Como foi dito por um informante: *_São uns negros bem-de-vida, estes da família de Leão...* As casas de alvenaria e bem mobiliadas revelam o resultado financeiro que esta família alcançou nesta região. A literatura regional tem mostrado exemplos de famílias negras que viram no comércio um meio de garantir o acesso e o investimento na terra; garantindo, assim, uma melhor qualidade de vida⁵. As fotos a seguir mostram aspectos da vida da família Guedes.



Figura 15. Sebastião Geraldo. Leão da serra. Liderança



Figura 16. Paisagem da Terra dos Guedes.



Figura 17. Casa de Sebastião Guedes.

**Território Negro na área do Distrito de Barão de Serra Branca.
Família Cariri.**

Em relação a este território, somente, existe referência como um lugar no qual moraram famílias negras, apesar da palavra de origem indígena.

Uma única casa, ainda, permanece como, marco de propriedade da família. Seus moradores residem em outra localidade. Abaixo imagens da localidade, realizadas pela professora Luiza Marte.



Figura 18. Casa abandonada no Cariri.



Figura 19. Casa (de taipa) abandonada no Cariri.

Considerações Finais

O processo ora iniciado, por iniciativa do Poder Público Local (Prefeitura Municipal de Santana do Matos, RN) deve ser visto como uma ação da maior importância para estes territórios negros rurais.

Entendemos, ainda, que iniciativas desta natureza são raras e pouco observadas entre os gestores (de todo o território nacional). O papel desempenhado pela Prefeitura de Santana do Matos vem demonstrar a responsabilidade e o olhar crítico e proativo da Gestora Municipal.

Este artigo é o resultado, resumido, do Relatório Técnico elaborado; que, assim, constituiu o primeiro passo em direção à **identificação, reconhecimento e certificação** destas comunidades na, necessária, condição de **remanescente de quilombos**. Tal condição deve ser prioridade destas comunidades; conseqüentemente, tal iniciativa deve partir destas mesmas comunidades.

Um estímulo nesse sentido é o fato de que as políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal tem papel importante e definido para estas comunidades; desde que reconhecidas como **remanescente de quilombos**.

Acreditamos que um *start* foi dado neste sentido. O tempo e a história serão construídos pelos atores sociais interessados: a população das famílias negras dos territórios identificados neste relatório.

Após o citado relatório, as comunidades locais começam a ter uma ação incipiente, mas positiva em relação às políticas públicas: a participação na Câmara representativa de Comunidades Tradicionais do Território da Cidadania do Seridó. Entretanto, os gestores públicos que vieram após este período, até então, NÃO DEMONSTRARAM NENHUM INTERESSE em dialogar sobre este assunto; mesmo com insistentes tentativas por parte deste antropólogo que realizou a pesquisa.

O Racismo Institucional e ambiental é uma realidade gritante do Estado do Rio Grande do Norte. As ações culturais (que dão visibilidade à população negra num contexto de *exótico*) são mais bem recebidas nos espaços públicos. Tentativas que buscam dar voz e poder de voto e veto são, quase sempre, ignoradas.

ANEXO – Tabela de comunidades NÃO CERTIFICADAS NO RIO GRANDE DO NORTE

Nº	MUNICÍPIO	Nº Comunidades	COMUNIDADE
01	Assu	01	
02	Afonso Bezerra	02	Família Américo
03	Apodi	03	Soledade
		04	Lagoa do Clementino (família Zé Pretinho)
04	Arês	05	Camocim
05	Caicó	06	Furnas da Onça II
06	Campo Redondo	07	Baldo
07	Canguaretama	08	Engenho Cunhaú
08	Ceara-Mirim	09	Aningas
		10	Boa Vista
		11	Primeira Lagoa
		12	Quilombo
09	Cerro Corá	13	Negros do Boinho-urbanos
10	Coronel João Pessoa	14	Comum
11	Currais Novos	05	Comunidade Queimadas (Família Ludgero) no Totoró.
12	Espírito Santo	16	Mata Verde
13	Francisco Dantas	17	Engenho
14	Goianinha	18	Cabeço
15	Grossos	19	Alagamar
16	Ielmo Marinho	20	Lajinha
17	Ipueira	21	Barcão
		22	Boa Vista
18	Jardim do Seridó	23	Negros do Bonsucesso (família Caçote)
19	Lagoa de Velhos	24	Queimadas
		25	Riacho Fundo (propriedade de Fabião das Queimadas)
20	Lajes Pintada	26	Barro Preto
		27	Catolé
21	Luís Gomes	28	São Bernardo
22	Macaíba	29	Bonsucesso

		30	Lagoa do Sítio
		31	Riacho do Sangue
23	Ouro Branco	32	Falta o nome???
24	Pedro Velho	33	Alecrim
25	Riacho da Cruz	34	Falta o nome???
26	Ruy Barbosa	35	Falta o nome???
27	Santa Cruz	36	Chaves Bela
		37	Salgadinho
28	Santana do Matos	38	São Manoel
		39	Conceição do Abrigo
		40	Família Limão (Serra da Pimenteira)
		41	Família Guedes (Serra da Pimenteira)
		42	Riacho da Roça
29	Santo Antônio	43	Barro Preto
		44	Camaleão
		45	Capim-Açú
		46	Lajedo do Paiva
30	São Gonçalo do Amarante	47	Uruaçu
		48	Oiteiros
		49	Pajuçara
31	São Miguel	50	Vieira
32	São Paulo do Potengi	51	Jurema
		52	Oiteiros
33	São Pedro do Potengi	53	Cancão
34	Serra Negra do Norte	54	Arroz
		55	Negros da serra (Rosário)-urbanos
35	Serrinha	56	Góis
		57	Suatan
36	Serrinha dos Pintos	58	Sítio lajes
37	Taipú	59	Queimados
38	Tenente Ananias	60	Poço do Açude
		61	Tanquinhos
39	Touros	62	Areias
39 municípios		62 COMUNIDADES	

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri. (Org.) **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Heinrich Böll, 2004.

BRITO, Daguinete Maria Chaves; BASTOS, Cecília Maria Chaves Brito; FARIAS, Rosana Torrinha Silva de; BRITO, Daimio Chaves; e, DIAS, Augusto de Castro. **Conflitos ambientais no século XXI**. Macapá: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, n. 4, dez, 2011.

BRITO, Michele Fernanda Marques de; LUCENA, Reinaldo Farias Paiva de; e, CRUZ, Denise Dias da. **Conhecimento etnobotânico local sobre plantas medicinais; uma avaliação de índices quantitativos**. Caracas: Revista Interciência, March, vol. 40, Nº 3, 2015.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARDOSO, Luís Fernando Cardoso e. **A construção local: direito e território quilombola na comunidade de bairro Alto, na ilha de Marajó – Pará**. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2008.

DUNCAN, M. A. **Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais**. IICA/NEAD, 2003. Disponível em:
<http://nead.gov.br/mapeamento/desenvolvimento.doc>. Acesso em 14 de maio de 2010.

GOUVÊA, Evelyn Rebouças. **Conflitos socioambientais em comunidades remanescentes de quilombos sob a perspectiva do território. O caso da comunidade de Carobinho em Campos dos Goytacazes (RJ)**. VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales Y Ambientales. São Paulo, 8 a 12 de setembro de 2014. ISBN: 978-85-7506-232-6. In "http://6cieta.org" <http://6cieta.org>

HER4CULANO, Selene. **O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental**. In INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente-v.3, n.1, Artigo 2, jan/abril 2008.
http://www.interfacehs.sp.senac.br/BR/artigos.asp?ed=6&cod_artigo=113.13/10/2017.

ITABORAHY, N. Z. **Conflitos e Resistências Territoriais na Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima: Primeiras Impressões**. In: Anais eletrônicos do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia-MG. 15 a 19/out/ 2012.

MOURA, Clóvis. **A quilombagem como expressão de protesto radical**. In, Moura, Clóvis. Os quilombos na dinâmica social do Brasil. Maceió, EDUFAL, 2001.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Remanescentes de quilombos na fronteira amazônica: a etnicidade como instrumento de luta pela terra**. In, MOURA, Clóvis. Os quilombos na dinâmica social do Brasil. Maceió: EDUFAL, 2001.

PINTO, Márcia Freire; NASCIMENTO, João Luíz Joventino do; BRINGEL, Paulo Cunha Ferreira; e MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade. **Quando os conflitos socioambientais caracterizam um território?** João Pessoa, PB: UFPB. Gaia Scientia (2014) Volume Especial Populações Tradicionais: 271-288 Versão Online ISSN 1981-1268 <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/gaia/index>

OLIVEIRA JUNIOR, Geraldo Barboza de. **Relatório técnico sobre as comunidades negras rurais no município de Santana do Matos, RN**. Santana do Matos: Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e ação Social, 2014.

LIMÃO, Zé. **A origem do nome Pimenteira**. Cordel. Recife: Folhetaria campos dos versos, s/d.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento.** São Paulo: CEBRAP: Revista Novos Estudos, Março, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio e BRISKIEVICZ, Michele. **Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial.** Presidente Prudente, SP: Caderno Prudentino de Geografia, nº 31, vol.1, 2009.

SILVA, Lays Helena Paes e. **Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro.** *e-cadernos ces* [Online], 17 | 2012, URL : <http://eces.revues.org/1123> ; DOI : 10.4000/eces.1123